A RADICALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES SOFRIDAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL (2020-2022)

THE RADICALIZATION OF CONSERVATISM IN THE COUNTRYSIDE: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS SUFFERED BY SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZIL (2020-2022)

LA RADICALIZACIÓN DEL CONSERVADURISMO EN EL CAMPO: UN ANÁLISIS DE LAS ACCIONES SUFRIDAS POR LOS MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN BRASIL (2020-2022)

Joana Tereza Vaz de Moura,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
joanatereza@gmail.com

Fernando Freitas de Almeida,
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
fernando.f.almeida@unesp.br

Lucas Araújo Martins,
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
lucas.a.martins@unesp.br

Resumo:
No Brasil, o passado autoritário da ditadura empresarial-militar de 1964 se reestruturou com outros moldes nos últimos anos e sobretudo no Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), reproduzindo confrontos violentos contra os movimentos sociais. No campo, as lutas se intensificaram, permeadas pelo avanço do agronegócio, de empresas capitalistas e endossadas pelo discurso de representantes estatais. O artigo tem como objetivo compreender as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil, entre 2020-2022, pautadas pela radicalização conservadora e pelos discursos e ameaças aos diversos ativismos. Utilizamos a metodologia de pesquisa da Rede DATALUTA, que, desde 1998, sistematiza informações sobre ocupações e assentamentos e, a partir de 2020, sistematiza dados das ações dos movimentos. Num compilado sobre as ações sofridas pelos movimentos, destacamos que os despejos de diversas populações tiveram centralidade nesses anos, além de assassinatos de lideranças do campo. Constatamos que os movimentos foram vítimas da violência estatal, num processo combinado e articulado com o agronegócio dando visibilidade a uma gramática discursiva que acirrou a violência no campo. Entretanto, muitos movimentos atuaram em defesa dos seus territórios, sinalizando a resistência diária das pessoas, seus projetos e emoções, numa permanente luta pela democracia, pelo direito ao território e à vida.

Palavras-chave: movimentos socioterritoriais; violências no campo; ações sofridas; governo Bolsonaro; rede DATALUTA.

Abstract:

In Brazil, the authoritarian past of the 1964 business-military dictatorship was restructured along other lines in recent years and especially in the Government of Jair Bolsonaro (2019-2022), reproducing violent clashes against social movements. In the countryside, struggles intensified, permeated by the advance of agribusiness, capitalist companies and endorsed by the speech of state representatives. The article aims to understand the actions suffered by socio-territorial agrarian movements in Brazil, between 2020-2022, guided by conservative radicalization and speeches and threats to various activisms. We used the research methodology of the DATALUTA Network, which, since 1998, has been systematizing information on occupations and settlements and, since 2020, systematized data on the actions of movements. In a compilation of the actions suffered by the movements, we highlight that the evictions of various populations were central in these years, in addition to the murders of rural leaders. We found that the movements were victims of state violence, in a process combined and articulated with agribusiness, giving visibility to a discursive grammar that intensified violence in the countryside. However, many movements acted in defense of their territories, signaling the daily resistance of people, their projects and emotions, in a permanent struggle for democracy, for the right to territory and life.

Keywords: social-territorial movements; violence in the countryside; suffered actions; Bolsonaro government; DATALUTA network.

Résumé / Resumen:

En Brasil, el pasado autoritario de la dictadura empresarial-militar de 1964 se ha reestructurado con otros moldes en los últimos años y especialmente en el Gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022), reproduciendo confrontaciones violentas contra los movimientos sociales. En el ámbito rural, las luchas se han intensificado, permeadas por el avance del agronegocio, de empresas capitalistas y respaldadas por el discurso de representantes estatales. El artículo tiene como objetivo comprender las acciones sufridas por los movimientos socioterritoriales agrarios en Brasil, entre 2020-2022, marcadas por la radicalización conservadora y por los discursos y amenazas a los diversos activismos. Utilizamos la metodología de investigación de la Red DATALUTA, que, desde 1998, sistematizan

información sobre ocupaciones y asentamientos y, desde 2020, datos sistematizados sobre las acciones de los movimentos. En un resumen sobre las acciones sufridas por los movimientos, destacamos que los desalojos de diversas poblaciones tuvieron centralidad en estos años, además de los asesinatos de líderes del campo. Constatamos que los movimientos fueron víctimas de la violencia estatal, en un proceso combinado y articulado con el agronegocio, dando visibilidad a una gramática discursiva que exacerbó la violencia en el campo. Sin embargo, muchos movimientos actuaron en defensa de sus territorios, señalando la resistencia diaria de las personas, sus proyectos y emociones, en una lucha permanente por la democracia, el derecho al territorio y a la vida.

Mots-clés / Palabras-clave: Palabras clave: movimientos socioterritoriales; violencias en el campo; acciones sufridas; gobierno Bolsonaro; red DATALUTA.

Introdução

Em 2024, decorreram-se 60 anos do golpe empresarial-militar que deu início a um longo período de perseguição e violência contra aqueles que lutavam por justiça social, especialmente os trabalhadores rurais e camponeses que resistiam às violências impostas pelos latifundiários. Entre as primeiras vítimas da ditadura encontram-se João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), duas destacadas lideranças das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba.

Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, como eram conhecidos, foram presos logo após o Golpe de 64 e submetidos a sessões constantes de tortura para confessarem crimes que não cometeram. Foram posteriormente liberados da prisão para desaparecerem, como muitas outras vítimas do Regime. Até a data de elaboração deste artigo, os corpos de João Alfredo Dias e Pedro Fazendeiro não foram encontrados, negando assim o direito ao luto aos amigos e familiares. (Figueiredo, 2016)

Este é um caso emblemático que ilustra o significado deste período marcado por discursos de ódio e pelo conservadorismo, assim como pela brutalidade da violência e pela sistemática eliminação de lideranças de movimentos sociais. Tais práticas foram reatualizadas nos últimos anos, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (PL)[1].

Com o fim da ditadura empresarial-militar e o processo de redemocratização, observou-se uma mudança nas posturas políticas, onde muitos indivíduos passaram a se distanciar, ao menos em discursos, do apoio à tortura e à barbárie como práticas

[1] Aqui, adotamos referência ao atual partido de Bolsonaro, o Partido Liberal (PL), foi no PL que ele concorreu a reeleição.

políticas. Esse período testemunhou uma mudança na retórica de diversos parlamentares, que passaram a se autodenominar como representantes do centro, e em alguns casos, até mesmo da esquerda. Essa transição de narrativa reflete uma busca por alinhamento com valores democráticos e a rejeição de métodos autoritários e truculentos que caracterizaram o regime anterior, o que não significa o fim da violência no campo e na cidade (Silva, 1989).

Um marco significativo, pós-redemocratização, para a democracia brasileira foram as mobilizações que aconteceram em 2013, em quase todas as capitais do país. Naquele momento, vários grupos se definiram como apartidários numa tentativa de desvincular as suas ações dos partidos políticos, especificamente dos partidos de esquerda. Segundo Alonso (2017), as manifestações também tiveram como pauta central o questionamento do funcionamento das instituições públicas. Desse momento em diante, o avanço do conservadorismo e dos discursos de ódio aos movimentos sociais se espalharam numa constante provocação aos direitos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), como expressões de militância e engajamento social com maior repercussão no Brasil, se tornaram alvos dos movimentos de direita. Com a vitória de Jair Bolsonaro (PL), em 2018, os discursos autoritários ganharam espaços e foram apoiados pela mídia nacional. De acordo com Szwako (2020, p.01), "apesar do apoio maciço da população à democracia (75 % na pesquisa Datafolha de junho), esse discurso minoritário ganhou espaço com contribuição da mídia". Nesse ínterim, as constantes falas do então presidente

eleito passaram a colocar a violência contra grupos progressistas como um mote do seu governo.

Vale lembrar que, em 2016, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), à época deputado federal, ao votar pelo impeachment que legitimou o golpe que depôs a então presidente Dilma Rousseff (PT), dedicou seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido torturador e assassino de opositores e militantes durante a ditadura. Em 2018, enquanto era candidato à presidência da República, utilizou um tripé para simular uma metralhadora, proferindo que "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre" (Carta Capital, 2018a; BBC, 2016). No dia seguinte à sua vitória nas urnas, ele disse que "Toda ação do MST e do MTST devem ser tipificadas como terrorismo. A propriedade privada é sagrada" (Carta Capital, 2018b). Assim, em concordância com Fernandes et al (2020, pg.333), consideramos que o governo Bolsonaro buscou promover uma « política ultra neoliberal com alguns elementos próximos do pós-fascismo, onde o latifúndio [teve] a total liberdade para praticar a violência".

Os movimentos sociais passaram a ter que defender seus territórios, através de processos de resistência e de divulgação de notas e cartas abertas que buscassem pressionar as instituições públicas que ainda estavam funcionando dentro das características de um Estado democrático de direito, como o Ministério Público, por exemplo. Fernandes et al (2020), a partir de dados da Rede DATALUTA e da CPT, constataram para o ano de 2019 o registro de "1.301 manifestações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais no Brasil, com participação de mais de 243.712 pessoas" (idem, p. 333). As manifestações também foram relevantes

em 2020, 2021 e 2022, mesmo no contexto da pandemia do COVID-19, conforme dados dos relatórios DATALUTA (2021, 2022 e 2023).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo compreender as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil, entre 2020-2022, pautadas pela radicalização conservadora e pelos discursos e ameaças aos diversos ativismos. Partimos da leitura dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica, portanto movimentos socioterritoriais, compreendendo que os territórios são espaços em que as relações sociais se materializam e onde os movimentos atuam e colocam em prática seus projetos políticos (Fernandes, 2005a; Torres, 2020).

Para atingir nosso objetivo, trabalhamos a partir da metodologia de pesquisa construída e empregada pelos pesquisadores da Rede DATALUTA - Rede de pesquisas de lutas por terra e territórios - especificamente no projeto "Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparada", financiado pelo CAPES-Print. Coletamos notícias referentes às ações dos movimentos na mídia através de palavras-chave que são cadastradas no Google Alerts e registramos numa plataforma denominada Jotform que produz uma planilha em excel. No registro das notícias no Jotform, os pesquisadores da Rede selecionam a finalidade da ação, que pode ser: propositiva, conquistada, reivindicativa, defensiva ou sofrida. Propositiva refere-se a alguma proposta feita pelos movimentos, como por exemplo, a elaboração de projetos temáticos ou quando propõem estratégias de combate a fome, como as doações de alimentos, por exemplo. No caso da finalidade conquistada, geralmente está associada aos processos e causas judiciais conquistados pelos movimentos. A reivindicativa refere-se aos protestos, marchas e

manifestações que os movimentos articulam para demandar do Estado algum tipo de atuação e intervenção. A finalidade defensiva refere-se a uma ação do movimento em defesa dos seus direitos, ou seja, quando a ação parte do movimento socioterritorial sem necessariamente ter participação de uma instituição externa, como por exemplo uma vigília, um ato de defesa ou uma reunião em defesa do território. Registramos uma ação com finalidade sofrida quando existe um ataque de outras instituições (Estado, empresas ou representantes do agronegócio) aos movimentos ou aos territórios camponeses, por exemplo, assassinato de lideranças, ações de despejos, derrotas judiciais, entre outras.

Para esse artigo, em especifico, analisamos somente as ações que foram sofridas pelos movimentos entre os anos de 2020 e 2022, como os despejos, as violências, as tentativas de assassinato e os assassinatos de lideranças.

Dessas notícias, também selecionamos algumas narrativas de representantes ou lideranças dos movimentos socioterritoriais agrários[2] que criticaram a tentativa de criminalização desses sujeitos e que apresentaram e anunciaram formas de pensar outros modelos de desenvolvimento possíveis para o funcionamento da democracia brasileira.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, contextualizamos a militarização da questão agrária brasileira e a violência institucionalizada no campo, especialmente nos anos do governo Bolsonaro. Na segunda parte, apresentamos resultados das nossas pesquisas sobre as ações sofridas pelos movimentos

[2] A Rede DATALUTA conta com 4 equipes (água, agrário, floresta e urbano) para o registro das notícias. As ações sofridas pelos indígenas não foram contabilizadas neste artigo, mas esse foi um período de muita apreensão para os movimentos indígenas, conforme Sobreiro Filho e Costa (2023).

socioterritoriais no período de análise. Por fim, na terceira e última parte, apresentamos as considerações finais.

Militarização da questão agrária brasileira durante o governo Bolsonaro: violências e reprodução das desigualdades sociais

A ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil marcou não apenas o início de um novo governo, mas também o ressurgimento dos militares no cerne da burocracia estatal brasileira. Em um ano de governo o número de militares designados para ocupar cargos civis no governo federal passou de 3.515 em 2019 para 6.157 em 2020, um crescimento de 75%. Em 2010, o número de militares era 1427, ou seja, em dez anos houve um crescimento de 331%. No final de 2020, os militares estavam presentes em 10 dos 22 ministérios, evidenciando sua influência na condução das políticas e decisões governamentais, inclusive na condução desastrosa da COVID-19, uma vez que ocupava o Ministério da Saúde (Motta, 2021).

É relevante ressaltar que as Forças Armadas brasileiras possuem uma longa história de envolvimento no combate a inimigos internos, especialmente direcionadas para a repressão de conflitos entre classes sociais. Ao longo de diferentes períodos da história, elas se posicionaram contra povos originários, africanos escravizados e comunidades camponesas, marcando uma tradição de intervenção na política do Brasil (Tricontinental, 2022).

Em 2020, o Exército Brasileiro, a maior das três forças militares do país, conduziu a Operação Mantiqueira, um exercício simulado envolvendo tropas de elite com o objetivo de combater supostos inimigos internos. O alvo imaginado consistia em dissidentes de um partido de operários que recrutava e treinava militantes de um movimento de luta pela terra. Este episódio

ilustra que, décadas após o Golpe de 1964, os militares ainda consideram potenciais ameaças internas, brasileiros organizados em movimentos sociais e em partidos de esquerda (Martins, 2021).

Durante curto período, os militares, na figura do general João Carlos Jesus Corrêa também ocuparam a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas em poucos meses o general foi substituído após pressão ruralista[3] , sendo posto no lugar uma figura com maior interlocução com o agronegócio, o pecuarista Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho. Geraldo Melo Filho é um herdeiro de uma família tradicional na política do Rio Grande do Norte, que além de patrimônio, também acumula acusações de ter dívidas trabalhistas e possuir terras improdutivas (Éboli, 2019; Guimarães, 2021).

Durante o governo Bolsonaro, o INCRA passou por drásticas reduções orçamentárias e uma diminuição significativa no número de servidores, o que culminou na suspensão de vistorias e até mesmo na desistência de processos de desapropriações em andamento. Essas ações refletem as prioridades do governo, que favoreceu o agronegócio e estabeleceu uma política deliberada de enfrentamento aos movimentos sociais, qualificando-os mais do que como adversários, como ameaças (Alentejano, 2020).

Percebe-se, portanto, uma orquestração em prol do agronegócio e das empresas capitalistas buscando beneficiar esses grupos, mediante a desestruturação de políticas públicas importantes para o campesinato e de flexibilização ao uso de agrotóxicos no país. "Todas as medidas apresentadas fortalecem os

[3] Em especial de Luiz Antônio Nabahn Garcia, na época Secretário de Assuntos Fundiários do MAPA. Nabahn é um ex-presidente da União Democrática Ruralista, organização conhecida por sua violência e a oposição à realização da Reforma Agrária e a demarcação de terras.

interesses de setores do capital na agropecuária e [estavam] ancoradas a partir da concepção neoliberal de menos Estado, ou como diz o próprio presidente para 'facilitar a vida dos patrões' " (Fernandes et al, pág.345-346, 2020).

Na gestão Bolsonaro, houve uma diminuição significativa nos números oficiais de ocupações de terras em processos reivindicatórios para a realização da Reforma Agrária. Esta queda foi destacada pela presidência como um ponto de orgulho e os dados foram celebrados pelo Governo a ponto de serem utilizados em campanhas publicitárias da SECOM (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) no dia do agricultor. Durante essa mesma campanha, houve a utilização de imagens de um homem armado para celebrar o dia do agricultor. Tal escolha, ilustra a relação conflituosa estabelecida pelo Governo Bolsonaro em relação à questão agrária, de fomento a violência no campo por meio do armamentismo dos donos de terras (Xavier, 2021).

Mais que isso, construiu-se, nesse contexto, um sistema de destruição democrática e militarização do governo, além da existência do núcleo familiar no exercício efetivo de poder junto ao Presidente (Couto, 2021). Esse contexto refletiu enormemente nas lutas e violências no campo, conforme apresentamos na seção seguinte.

Violências no campo e as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais

Segundo Sanchez (2005), na América Latina, incluindo o Brasil, temos pouca produção acadêmica sobre o que acontece nos territórios rurais no que se refere às questões políticas dos processos de expropriação, despejos, tomada de terras, violência, entre outros. Ainda para o autor,

> é uma relação muito intensa, comum em nossas cidades latino-americanas, as disputas territoriais, em meio ao poder que imposto pelo Estado através de programas de ordenamento ecológico territorial (Sanchez, 2005, p. 29).

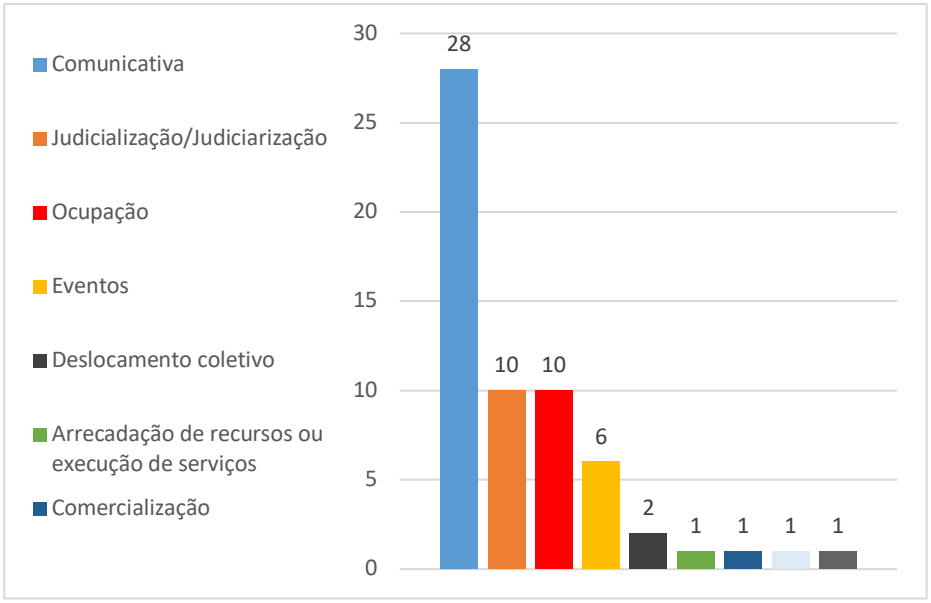
Portanto, o esforço dessa seção é de apresentar, resumidamente, alguns desses problemas que acometem o campo brasileiro especialmente em contextos adversos à democracia.

Os anos de 2020, 2021 e 2022 foram marcados pela pandemia do COVID-19 e, no Brasil, ainda tivemos a ascensão desde 2019 do conservadorismo. Os diversos grupos subalternizados (negros, LGTQIA+, mulheres, quilombolas, camponeses, entre outros) sofreram uma série de ataques do governo Bolsonaro. Os Relatórios DATALUTA (2021, 2022 e 2023) e o nosso banco de dados mostram as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários.

No ano de 2020, das 236 ações registradas no nosso banco de dados, 61 estão relacionadas às ações que os movimentos realizaram para evitar e resistir aos diversos tipos de violências sofridas nesse período, como os despejos, assassinatos de lideranças, ameaças de desterritorialização, derrubada de casas e escolas, criminalização dos movimentos e tiroteios. Os principais repertórios acionados pelos movimentos foram: a divulgação nas mídias alternativas de notas de repúdio, notas de pesar e cartas abertas; reuniões com representantes governamentais; a busca por órgãos da Justiça (Ministério Público Federal, por exemplo); e as ocupações de terra, conforme pode ser visualizado no gráfico 1. Notamos que, apesar de estar num processo em defesa da vida, os movimentos socioterritoriais continuaram com suas estratégias de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado, sendo a principal estratégia a ocupação de terra. Segundo Sodré,

Silva e Leite (2021, p.147), "a ocupação de terra é o principal instrumento de luta, de defesa, de denúncia e de projeção da bandeira da reforma agrária".

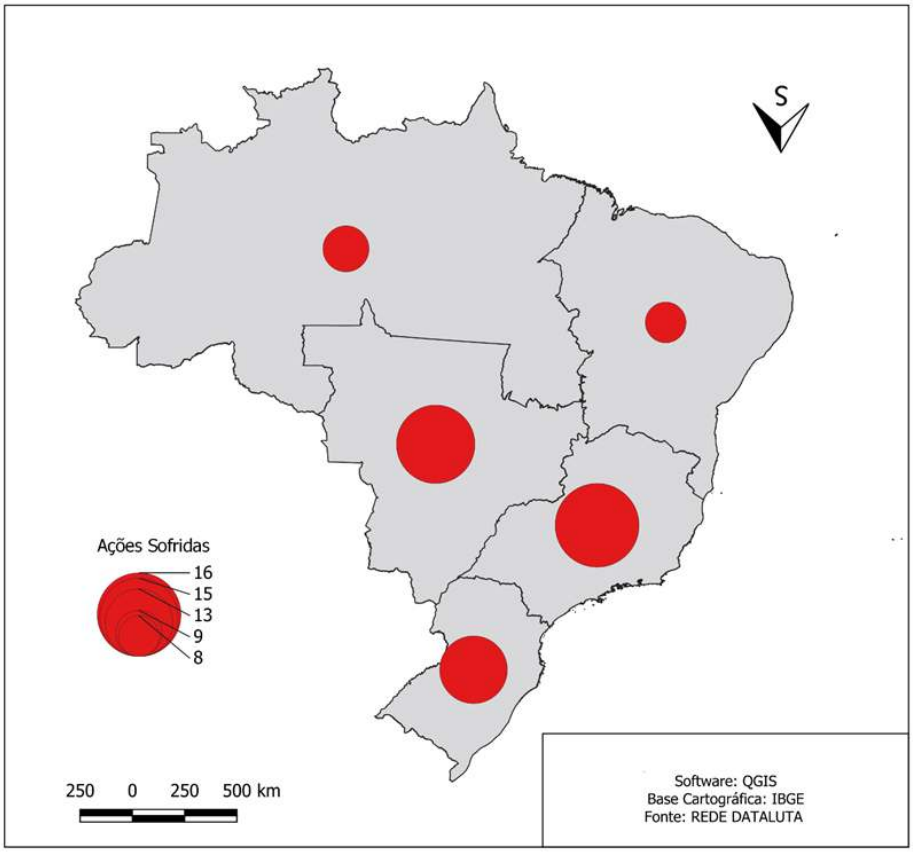
GRÁFICO 1 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS - 2020



Fonte : Autores (org.), 2024.

No que se refere à espacialidade das ações para o ano de 2020, percebemos que todas as regiões do país apresentaram violências (físicas e simbólicas) contra os movimentos socioterritoriais. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul foram as que mais registraram ações, contabilizando 16, 15 e 13, respectivamente. O Nordeste registrou 8 ações e o Norte, 9. Todas essas ações podem ser visualizadas no mapa 1.

MAPA 1 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2020



Fonte : Autores (org.), 2024.

No Sudeste, destacamos a ação de despejo de um acampamento com 450 famílias e funcionando há 20 anos no município de Campo do Meio, sul de Minas Gerais. Essa notícia ocupou boa parte das mídias alternativas (ex: Jornal Brasil de Fato) em denúncia contra essas ações protagonizadas pelo Estado. Segundo representantes do MST, os policiais utilizaram "bombas de efeito moral, um grande contingente policial, armamento pesado e inclusive, um helicóptero para jogar poeira e fuligem sobre as famílias Sem Terra" (Esatdo de Minas, 2020). Vale ressaltar o alinhamento político naquele período entre o então governador de Minas, Romeu Zema (NOVO), e Bolsonaro (PL). Ambos

trabalharam propagando a destruição de políticas e a negação da letalidade e gravidade do coronavírus. No que tange a pauta ambiental e ignorando-a, o governador de Minas colocou uma prima em um cargo de deliberação sobre a questão da mineração no estado, pauta que também foi central para ações de contestação dos movimentos socioterritoriais diante da mega-exploração desse bem e de processos de desterritorialização. Diante disso, várias organizações e movimentos denunciaram a abertura dada pelo governo para minerar dentro de parques estaduais na Romaria das Águas e da Terra da Diocese de Almenara, com o tema: "Terra e Água, santuários de vida"; e o lema: "Jequitinhonha: ver, sentir e cuidar" (Ecodebate, 2020).

No Centro-Oeste, região dominada pelo agronegócio e onde se situa a capital do país, Brasília, observamos diversas reações dos movimentos socioterritoriais, mediante avanços em seus territórios e, principalmente, pela anti-política do governo Bolsonaro. No nosso banco de dados registramos oito notícias em Brasília que sinalizam os efeitos perversos do governo federal sobre os movimentos socioterritoriais agrários, especialmente relacionados ao desmonte de políticas públicas. Em 21 de fevereiro de 2020, Bolsonaro assinou um decreto que alterou a estrutura regimental do INCRA, extinguindo diversos programas voltados para assentados, quilombolas e comunidades extrativistas e de agricultores familiares como o Pronera e o Terra Brasil. Isso já vinha sendo sinalizado desde que o então presidente, Jair Bolsonaro, vinha compactuando com setores do agronegócio, inclusive realçando que "este governo é de vocês" , reafirmando sua preferência e apoio incondicional para esse setor. No encontro com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em 2019, ele pontuou esse

compromisso: “Ao longo de vinte e oito anos dentro da Câmara eu acompanhei e, mais do que isso, eu acredito que 100% votei com a bancada ruralista" ((O) Eco, 2019). De acordo com o coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), "o decreto é mais um ataque do governo para desmontar um modelo de desenvolvimento pensado para a soberania alimentar". Ele ainda realça o retrocesso nas políticas alimentares e a volta da fome:

> Estão tirando a possibilidade de produção de alimentos de qualidade para colocar na mesa do povo brasileiro. Eu espero que a sociedade se mobilize, porque a continuar desse jeito, logo faltará alimento, alimentos de qualidade para sustentar o povo. Acabar com esse modelo de produção significa que amanhã ou depois o nosso povo terá dificuldade de acesso aos alimentos (Rede Brasil Atual, 2020).

Conforme destaca Campos (2023, p.54) trata-se de um processo articulado de desdemocratização, ou seja, de

> configurações desdemocratizantes que irmanaram a política agrária, indigenista, ambiental e alimentar em um processo combinado de desmonte das capacidades estatais e produção de desigualdade.

No sul, o estado do Rio Grande do Sul que, assim como Minas Gerais estava sob o comando de um apoiador de Bolsonaro, aparece como o principal local onde os movimentos socioterritoriais precisaram reagir diante dos ataques constantes. Uma das violências registradas refere-se aos impactos da mineração sobre os assentamentos rurais. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Comitê de Combate à mega mineração no RS denunciaram a exploração de minérios na região, que nem mesmo com a pandemia pararam suas atividades. Esses movimentos ainda

relataram que os processos de licenciamento dos projetos de mineração continuaram sendo feitos com normalidade, em meio à pandemia.

As regiões Norte e Nordeste, com 9 e 8 ações sofridas respectivamente, apresentam também os interesses do capital na desterritorialização dos camponeses. No Norte, encontramos diversas ações dos movimentos no Pará por causa do não recebimento das indenizações prometidas pela empresa Vale. Em notícia de março de 2020, trabalhadores rurais fizeram vários protestos contra a Vale e um dos representantes da comunidade afirmou que a promessa não foi cumprida. Além disso, a empresa avançou sobre os territórios camponeses fazendo com que muitas pessoas resolvessem se mudar.

> Estamos em uma situação muito delicada. Às vezes a gente tem a sensação de que a melhor coisa era que a Vale não tivesse vindo para cá. Tem gente saindo daqui, um município com arrecadação milionária, e indo para outros municípios produzir. Em algumas ruas de Canaã, a cidade parece uma cidade fantasma (Brasil de Fato, 2020).

No Nordeste, a maioria das notícias se refere ao estado da Bahia, onde percebemos diversos ataques a acampamentos e assentamentos rurais do MST. Nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, tivemos casos de assassinatos de lideranças camponesas, invasões de assentamentos por latifundiários e despejos.

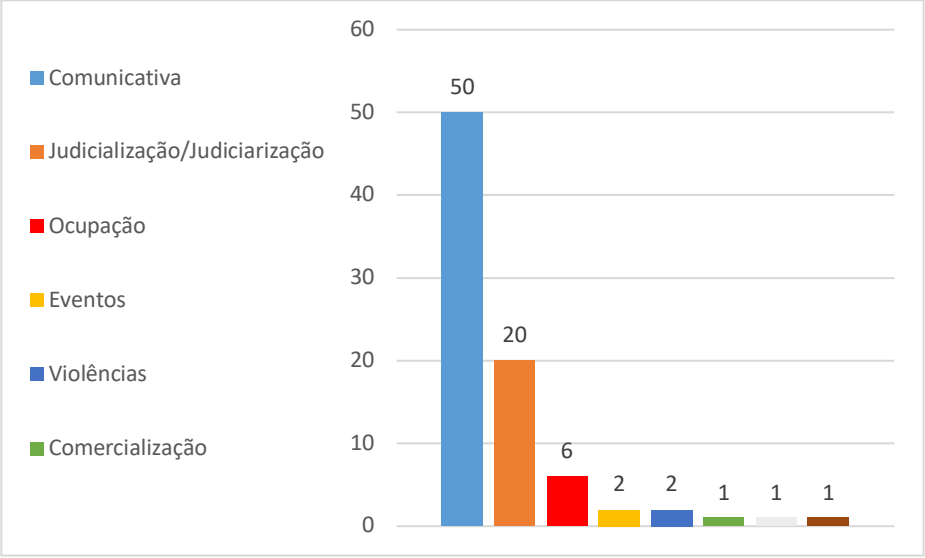
No ano de 2021, das 429 ações registradas, 83 tiveram como finalidade ações sofridas. Observa-se um aumento em relação ao ano anterior, justificado principalmente pelo fim do isolamento decorrente da pandemia de Covid-19 em diversos territórios. A

possibilidade de ações, tanto a favor dos movimentos socioterritoriais quanto contra eles, tornou-se mais frequente nesse período. Ações de reintegração, que haviam sido interrompidas, foram retomadas pelo Estado. Durante esse período, ocorreram diversas formas de ações sofridas, incluindo derrotas judiciais, intimidação, violência jurídica e a necessidade de cartas abertas, reuniões, notas de repúdio e pesar em defesa dos territórios e sujeitos do campo. Além disso, foram registrados assassinatos e contaminação por agrotóxicos. Inclusive, os registros da CPT sobre os conflitos no campo (CPT, 2021) mostraram que em 2021 foram registrados 34 assassinatos contra 20, em 2020.

As ações relacionadas à matriz comunicativa destacaram-se como as estratégias de resistência mais comuns durante o ano, totalizando 50 ações. Destas, 34 foram notas de repúdio, 6 notas de pesar, 4 cartas abertas, 3 entrevistas concedidas, 1 denúncia, 1 derrota judicial e 1 disputa territorial. As estratégias de comunicação nos movimentos têm estado presentes como forma de defesa de territórios e modos de vida constantemente atacados pelo capitalismo. A segunda matriz que mais obteve destaque foi a judicialização, com 20 ações divididas entre 12 derrotas judiciais, 5 violências jurídicas, 2 demandas judiciais e 1 conquista judicial. Ao analisar os dados referentes à matriz judicialização, é evidente uma clara diferença entre a única conquista judicial e os demais ataques sofridos com a ajuda do judiciário. Isso demonstra que o judiciário ainda é um grande aliado das elites, impondo reintegrações, prisões e despejos aos camponeses que lutam pela terra, além de criminalizar camponeses sem terra e seus aliados. Essas informações sobre as diferentes acoes realizadas pelos os

movimentos mediante ataques e violações dos seus direitos são apresentadas no gráfico 2 :

GRÁFICO 2 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS - 2021



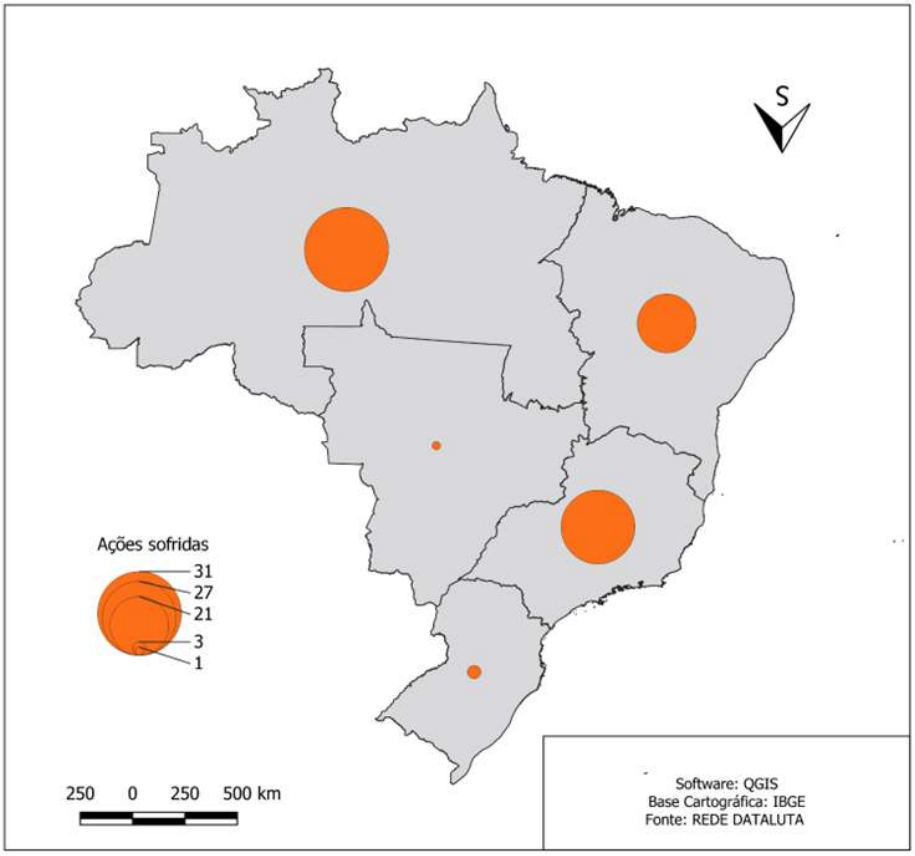
Fonte : Autores (org.), 2024.

Com relação à espacialização das ações em 2021, percebe-se que há ações de matriz sofridas em quase todas as regiões, exceto no Centro-Oeste. Observa-se um predomínio de ações no Norte, Sudeste e Nordeste, sendo, respectivamente, 31, 27 e 21, enquanto o Sul tem 3 ações e o Centro-Oeste há apenas 1 ação do tipo. A região Norte é historicamente marcada por violência no campo, nestes dados o papel das notícias vinculadas ao Jornal online A Nova Democracia, que vinculou ao seu portal 18 ações dos movimentos socioterritoriais, sendo 17 destas no estado de Rondônia tem sido ímpar. Os protagonistas destas ações sofridas foram a LCP (Liga dos Camponeses Pobres), movimento este que

vem sofrendo ameaças, torturas, tentativas de desterritorialização, dentre outras violências.

.

MAPA 2 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2021



Fonte : Autores (org.), 2024.

Em uma das notícias sobre ações sofridas na região Norte, destacamos uma nota de repúdio divulgada mostrando uma nova investida de latifundiários na tentativa de expulsão de camponeses do acampamento Manoel Ribeiro, em Rondônia. As famílias que vivem no acampamento Manoel Ribeiro, construído em agosto de 2020 em Corumbiara (RO), relataram pressões, intimidações e abusos por parte da Polícia Militar (PM), como parte de uma "guerra orquestrada pelo Governo de Rondônia" (Brasil de Fato,

2021a). Em um panfleto distribuído pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) eles convidavam moradores para a "revolução agrária":

> A Fazenda Nossa Senhora agora é do povo e em breve será cortada e dividida! Você companheira e companheiro, que foi vítima do massacre de Santa Elina, você que é parente de uma daquelas vítimas, venha para a Nossa Senhora: ela também é sua e agora se chama Área Revolucionária Manoel Ribeiro (G1, 2021).

A Associação Brasileira dos Advogados do Povo - Gabriel Pimenta (ABRAPO), entidade de apoio aos camponeses, também divulgou uma nota condenando a ação da PM que vinha atuando em prol dos grandes latifundiários na região. Segundo a ABRAPO, "foi montada uma mega operação policial na tentativa de fazer o criminoso despejo dos camponeses." (idem).

Na região Sudeste, Minas Gerais e São Paulo foram os estados onde mais tiveram ataques contra os camponeses em 2021. Em Minas, destacamos o ataque a um acampamento do MST, na região dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em abril de 2021. Em denúncia, moradores mostram o clima de violência instaurado: “Eu vi muitos tiros, puseram fogo na minha casa, estou sem nada"."Perdi documento, perdi minhas coisas. Só estou eu e meus filhos vivos. Me ajudem! Meus filhos amanheceram o dia na mata” (Brasil de Fato, 2021b). De acordo com um representante do MST, o acampamento fica situado numa área com uma vasta floresta, portanto, alvo de exploração de madeiras. Trata-se dos conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento atual, em que a questão agrária gera continuamente conflitualidade, que "é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece

por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais" (Fernandes, 2005b, p.06).

Ainda na região sudeste registramos uma tentativa de remoção de um acampamento no estado de São Paulo. O acampamento foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) em áreas remanescentes da Rede Ferroviária Federal S.A.,extinta em 2007. Os moradores buscavam trabalhar dentro da perspectiva da autogestão e da produção agroecológica. De acordo com a dirigente estadual do MST, "Daquela terra, devastada pelo uso ilegal de empresas locais para produção de cana-de-açúcar, começaram a brotar alimentos saudáveis para subsistência, como mandioca, feijão de corda e abóbora"(Brasil de Fato, 2021c). Notamos que a agroecologia entra no discurso político do MST e avança consideravelmente nos dias atuais. Segundo De' Carli (2013, p.122), o

> MST vem trabalhando com a agroecologia em dois sentidos: nas experiências agropecuárias (que vão desde as experiências modelos até às pequenas práticas desenvolvidas em nível local pelos assentados) e no seu discurso político, que vem implementando um ativismo em prol da causa da agroecologia, irradiando o seu discurso para os dirigentes locais, que começam a refletir sobre outras possibilidades de produção.

Destacamos, portanto, a agroecologia como forma de resistência e de reprodução do campesinato na natureza e na vida, mostrando a potência desse processo no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

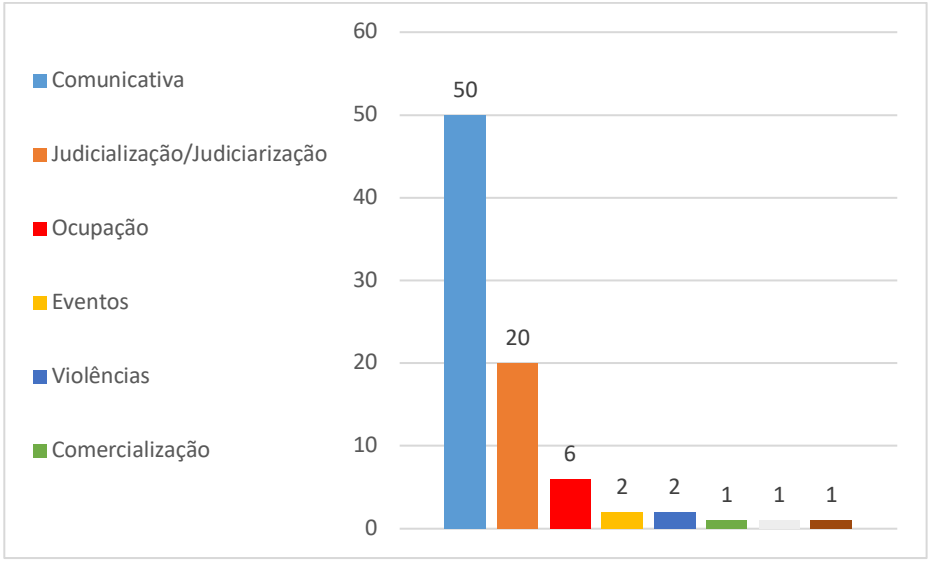
Em 2022, das 268 ações registradas no nosso banco de dados, 59 foram consideradas sofridas, relacionadas a ações que foram protagonizadas pelo Estado e/ou latifundiários na tentativa de

desterritorialização do campesinato e quilombolas. Assim como em 2020 e 2021, o ano de 2022, também contou com ataques aos acampamentos e assentamentos e despejos de famílias. No processo de resistência os movimentos socioterritoriais utilizaram repertórios como as cartas abertas, notas de repúdio e de pesar, acesso à Justiça e as ocupações de terra como formas de garantirem seus direitos, conforme visualiza-se no gráfico 3. Entretanto, o Ministério Público Federal (MPF), no Governo Bolsonaro, mostrou-se conivente com as ações do Governo. Segundo Kerche (2021, p. 165),

> Bolsonaro, ao não considerar a lista tríplice votada pelos procuradores federais, (...) incentivou que o ocupante do cargo [de procurador geral da União] se alinhasse ao poder Executivo.

Ou seja, trata-se de uma ofensiva contra os movimentos que buscavam deliberações a seu favor pelas instituições judiciárias do país.

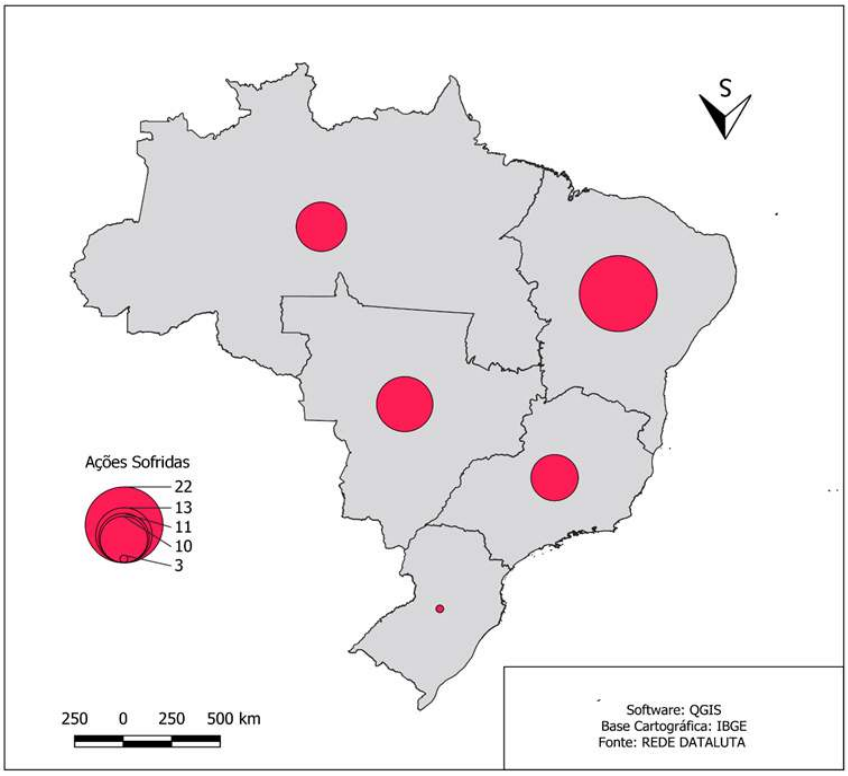
GRÁFICO 3 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS – 2022



Fonte : Autores (org.), 2024.

As regiões que contaram com os maiores ataques contra comunidades camponesas, quilombolas, entre outras, foram Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com 23, 13 e 11, respectivamente. O Centro-Oeste volta a aparecer como uma das principais regiões pelas ações realizadas na capital do país (das 13 ações cadastradas, 10 aparecem no Distrito Federal).

MAPA 3 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2022



Fonte : Autores (org.), 2024.

No Nordeste, os estados de Pernambuco e Bahia foram os que mais apareceram com ações sofridas pelos movimentos. Em Pernambuco, destacamos o assassinato do filho de uma lideranca rural local de apenas nove anos de idade. Segundo informações do jornal (Racismo Ambiental, 2022), os trabalhadores e trabalhadoras rurais de antigas usinas de cana-de-açúcar na Mata Sul de

Pernambuco já vinham reivindicando às autoridades proteção e soluções definitivas para os conflitos fundiários locais já há algum tempo. Trata-se de conflitos históricos que perpassam a zona da mata pernambucana. Nesse caso em específico, houve mobilização da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape). Em nota a presidente da Fetape alerta: "Não queremos alimento com sangue na mesa das pessoas" (idem).

Na Bahia, latifundiários e representantes de algumas empresas ligadas ao agronegócio ameaçaram, invadiram e atacaram diversas comunidades camponesas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2022, no cerrado baiano. Em uma das ações, eles divulgaram fotos com extenso arsenal bélico, com munições que formavam o número "22", ou seja, referindo-se ao partido do então Presidente Jair Bolsonaro. Esse fato mostra como a política de armas do governo facilitou arsenais e banalizou os crimes no país. Segundo dados divulgados pelo Anuário de Segurança Pública houve um crescimento de 474% no número de pessoas que conseguiram o Certificado de Registro, documento emitido pelo Exército que dá direito ao cidadão de exercer atividades como Caçador, Atirador e Colecionador (Brasil de Fato, 2022a). No caso dessas comunidades, os moradores mediante ação das devidas Associações de Fundo e Fecho de Pasto em conjunto com mais de 200 organizações, movimentos sociais do campo e da cidade, pastorais e defensores dos direitos humanos e sociais manifestaram indignação e denunciaram essas ações violentas emitindo uma nota de repúdio e divulgada na mídia. A nota exige

> que seja garantida a regularização fundiária dos territórios das comunidades de Fundos e Fechos de

> Pastos (...) e a garantia de acesso às áreas coletivas e que as comunidades tenham segurança para voltarem a soltar o gado, e superar o risco iminente de extinção dos fechos e dos modos de vida dos fecheiros (Farmilandgrab, 2022).

No Centro-Oeste, assim como em 2020, as ações sofridas foram, em sua maioria, realizadas em Brasília com aval do Ministério Público. Diversas perdas judiciais aconteceram para os camponeses, mas também aconteceram despejos de famílias dos acampamentos. Em um dos casos, 300 famílias foram despejadas do acampamento Florestan Fernandes, no Distrito Federal, por policiais militares em acordo com latifundiários da região. A Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) denunciou em nota: "um Estado a serviço da grilagem, do latifúndio e que impõe sofrimento ao povo (...) o arbítrio e a violência não têm limite…"(A Nova Democracia, 2022).

Na região Norte, tivemos 11 ações sofridas em 2022. O Pará foi o estado que mais teve violências nesse ano, conforme dados divulgados pela CPT. Segundo o Cadernos de Conflitos no Campo (CPT, 2023, p.26), as violências e os conflitos "têm relação com a dinâmica de expansão da fronteira agrícola no país e explica porque as áreas mais conflituosas são também as mais pressionadas pelo desmatamento".

No Sudeste, onde ocorreram 10 ações, destacamos o estado de São Paulo como o mais violento nesse período. Em Valinhos, diversos tiros foram disparados contra o acampamento Marielle Vive!, onde vivem 450 famílias. De acordo com um militante do MST essas ações violentas teriam a ver com o período eleitoral:

> Estamos avaliando que a situação está bastante crítica e seguirá daqui para frente. Porque reflete o início oficial da disputa das eleições. Cada vez que saem as pesquisas, principalmente apontando

> uma possibilidade de vitória de Lula no primeiro turno, se intensificam esses ataques (Brasil de Fato, 2022b).

Esses ataques revelam as articulações dos bolsonaristas com representantes do agronegócio, que há tempos vem tentando despejar as famílias deste acampamento. Mesmo tendo sido acionado as instituições judiciais, o MST destaca a conivência do Estado com esse tipo de atentado. Trata-se de um modus operandi que evidencia a desestruturação de instituições longamente construídas, como o Ministério Público, por exemplo, e um constante

> enfrentamento contra os vários inimigos ideológicos: ambientalistas, cientistas, professores, feministas, artistas, ativistas da sociedade civil, jornalistas, esquerdistas dos mais variados matizes"(Couto, 2021, p. 43-44).

Por fim, no Sul do país, registramos somente três ações sofridas no ano de 2022: duas no Rio Grande do Sul e uma no Paraná. No RS, destacamos uma ação relacionada à pulverização de agrotóxicos em áreas de proteção ambiental. Em nota, entidades ambientalistas e agricultores destacam que essa forma de aplicação está sendo amplamente utilizada em fazendas de arroz localizadas às margens do Delta do Jacuí. Diante disso, os produtores agroecológicos da região metropolitana reivindicaram a criação de um polígono de proteção dos assentamentos da reforma agrária localizados na região metropolitana que produzem alimentos certificados como orgânicos (Extraclasse, 2022). Neste sentido, agricultores vêm sofrendo com a utilização dos agrotóxicos no entorno de suas plantações na região.

Consideramos, portanto, que todas as ações sofridas durante os anos de 2020 a 2022 pelos movimentos refletem um contexto

autoritário e conservador no país, que se expressou nas pautas dos apoiadores do Bolsonaro: violência no campo, aumento do uso dos agrotóxicos, apoio aos latifundiários, devastação ambiental, entre outras que significaram o sofrimento de diversas famílias camponesas, quilombolas e indígenas. Os resultados foram desastrosos para o campo, conforme destaca Marques (2023, p.92):

> o aumento extraordinário das queimadas e do desmatamento, a liberação excessiva de agrotóxicos, com o crescimento da violência no campo relacionado à expansão da apropriação ilegal de terras em áreas indígenas, quilombolas e de unidades de conservação, foram os resultados imediatos visíveis da guinada radical imposta pelo governo Bolsonaro no papel desempenhado pelo Estado brasileiro em relação à gestão do meio ambiente.

Diante disso, resta aos movimentos se reorganizarem e pressionarem por reestruturações das políticas públicas em contextos mais progressistas, como o que vivenciamos no momento atual com a eleição de Lula (PT), em 2022, em defesa da ciência e da democracia.

> O ideal democrático deve ser um valor a ser defendido contra o silenciamento do dissenso e contra toda forma de autoritarismo (...) em busca de um mundo em que todos tenhamos um lugar e poder para decidir sobre o nosso destino" (Marques, 2023, p.96).

Portanto, trata-se de um período de repensar e refinar as práticas políticas e as narrativas na expectativa de que dias melhores virão.

Considerações finais

Pode-se constatar, um acirramento dos conflitos agrários no governo de Jair Bolsonaro, sobretudo, legitimado pelo seus discursos de ódio e conservadorismo, que criminalizam e classificam como "inimigos internos", os movimentos sociais agrários e seus apoiadores. A gestão Bolsonaro foi acompanhada por diversos processos de desterritorialização do campesinato, de quilombolas e indígenas; protagonizados pelo Estado, articulados com latifundiários, conflitos que têm como locus o domínio do território. Observa-se que em 2020, 2021 e 2022, foram registradas 203 ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais. Em 2020, nota-se uma centralidade nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Em 2021 percebe-se um predomínio de ações no Norte, Sudeste e Nordeste e, em 2022, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Diante deste cenário, os movimentos se organizaram para defender seus territórios e seu modelo de desenvolvimento, que difere do modelo estatal. Notam-se diversos processos de resistência que vão desde ações comunicativas, com cartas abertas e notas de repúdio, até manifestações no campo e na cidade. Esses são alguns dos instrumentos de luta possíveis para se defender dos ataques verticais sofridos constantemente. Nos três anos analisados (2020, 2021 e 2022) percebemos que os movimentos utilizaram os meios de comunicação para denunciar 128 violências sofridas, seguido das ações judiciais em 50 casos e as ocupações em 22.

Nesse caso, o governo Bolsonaro marcou o retorno de um governo com forte presença militar, mas que não rompeu com o modelo de aliança entre Estado e latifúndio. Ao contrário, reforçou práticas que territorializam o agronegócio marcado pelo conservadorismo, autoritarismo, violência no campo, devastação

ambiental e uso de agrotóxicos. Ao longo da gestão, foi possível observar que mesmo os militares se viram subordinados aos interesses políticos e econômicos dos latifundiários.

Por fim, vale ressaltar que as violências sofridas pelos movimentos socioterritoriais historicamente no Brasil tiveram como protagonistas o Estado e os latifundiários e não se resumem ao governo Bolsonaro, que aprofundou uma contrarreforma agrária já em curso no país. Apesar dos conflitos, os povos do campo (camponeses, quilombolas, indígenas etc.) seguem defendendo o meio ambiente, a agroecologia e a soberania alimentar, resistindo de diversas formas aos ataques.

Referências

A NOVA DEMOCRACIA. **DF: camponeses sofrem despejo executado por PM.** 27 jun. 2022. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/df-camponeses-sofrem-despejo-executado-por-pm/>. Acesso em 25 fev. 2024.

ALENTEJANO, P. R. R. (2020). As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 353–392. Disponível em: < https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434> Acesso em 25 fev. 2024.

ALONSO, Ângela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p.49-58, 2017.

BBC. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação.** 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb> Acesso em 02 de fev. de 2024.

BRASIL DE FATO. **Trabalhadores rurais de Carajás (PA) mantêm acampamento em protesto contra a Vale.** 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/14/trabalhadores-rurais-de-carajas-pa-mantem-acampamento-em-protesto-contra-a-vale>. Acesso em 05 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Camponeses relatam cerco da PM em Corumbiara (RO), palco de massacre em 1995.** 06 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/camponeses-relatam-cerco-da-pm-em-corumbiara-ro-palco-de-massacre-em-1995>. Acesso em 15 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Acampamento sem-terra é atacado no Vale do Jequitinhonha (MG) com tiros e fogo**. 15 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/acampamento-sem-terra-e-atacado-no-vale-do-jequitinhonha-mg-com-tiros-e-fogo>. Acesso em 18 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Com aval do MP, posseiro tenta remover 100 famílias e montar fábrica de fertilizantes.** 03 mar. 2021c. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/03/com-aval-do-mp-posseiro-tenta-remover-100-familias-e-montar-fabrica-de-fertilizantes>. Acesso em 19 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Como a política de armas de Bolsonaro facilita crimes e arsenais como o de Roberto Jefferson.** 29 out. 2022a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/como-a-politica-de-armas-de-bolsonaro-facilita-crimes-e-arsenais-como-o-de-roberto-jefferson>. Acesso em 25 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Pela terceira vez em cinco meses, tiros são disparados contra Acampamento Marielle Vive, em SP**. 19 ago. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/19/pela-terceira-vez-em-cinco-meses-tiros-sao-disparados-contra-acampamento-marielle-vive-em-sp. Acesso em 25 fev. 2024.

CAMPOS, Marcos P. Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro. **Conhecer:** debate entre o público e o privado, v.13 nº 31, p. 41-62, 2023.

CARTA CAPITAL. **O PT processa Bolsonaro por sugestão de "metralhar a petralhada".** 3 set. 2018a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-processa-bolsonaro-por-sugerir-201cmetralhar-os-petralhas201d/>Acesso em 02 de fev. de 2024.

CARTA CAPITAL**. Violências no campo marcaram ascensão eleitoral de Bolsonaro.** 02 de dez. de 2018b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencias-no-campo-marcaram-ascensao-eleitoral-de-bolsonaro/>. Acesso em 22 jan 2024.

COUTO, Cláudio G. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14283:pastoral-da-terra-abril-2022-edicao-especial-254&catid=92>. Acesso em 05 fev. 2024.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 25 fev. 2024.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2021.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2022.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2023.

DE'CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 100, 2013.

ÉBOLI , E. Demitido do Incra, general rebate Bolsonaro: "fiz excelente trabalho". **VEJA**. 2019 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/demitido-do-incra-general-rebate-bolsonaro-fiz-excelente-trabalho>. Acesso em 21 fev. 2024.

ECODEBATE. **Baixo Jequitinhonha, MG – Minerar no Parque Alto Cariri deixará Salto da Divisa sem água**. 19 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/19/baixo-jequitinhonha-mg-minerar-no-parque-alto-cariri-deixara-salto-da-divisa-sem-agua-artigo-de-gilvander-moreira/>. Acesso em 02 fev. 2024.

ESTADO DE MINAS. **Brasil é notificado por ação de despejo contra MST no Sul de Minas.** 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/03/interna_gerais,1217135/brasil-e-notificado-por-acao-de-despejo-contra-mst-no-sul-de-minas.shtml>. Acesso em 02 fev. 2024.

EXTRACLASSE. **Agricultores questionam consulta pública sobre pulverização de agrotóxicos.** 02 ago. 2022. Disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2022/08/agricultores-questionam-consulta-publica-sobre-pulverizacao-de-agrotoxicos/>. Acesso em 25 fev. 2024.

FARMLANDGRAB. **Nota de denúncia das violências sofridas pelas Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, no Oeste da Bahia.** 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/31284-nota-de-denuncia-das-violencias-sofridas-pelas-comunidades-tradicionais-de-fundo-e-fecho-de-pasto-no-oeste-da-bahia.> Acesso em 25 fev. 2024.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 08, n. 06, p. 24-34, 2005a.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005b.

FERNANDES, Bernardo M. (et al). A questão agrária no governo Bolsonaro: pós fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FIGUEIREDO, Marx I. F.. **Exumando verdades: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

G1. **Entenda a disputa por terras no Sul de RO que levanta temor por nova tragédia 25 anos depois do 'massacre de Corumbiara'**. 21 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/14/entenda-a-disputa-por-terras-no-sul-de-ro-que-levanta-temor-por-nova-tragedia-25-anos-depois-do-massacre-de-corumbiara.ghtml>. Acesso em 18 fev. 2024.

GUIMARÃES, J. Família de novo presidente do Incra possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/familia-de-novo-presidente-do-incra-tem-terras-improdutivas-ocupadas-pelo-mst-no-rn>. Acesso em 21 fev. 2024

KERCHE, Fábio. Bolsonaro, o MPF e o equilibrista-geral da República. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democratico e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MARQUES, Marta I. M. A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência do materialismo dialético como método. In: BRINGEL, Fabiano de O.; MACEDO, Cátia de O.; AQUINO JUNIOR, Paulo O. C. (orgs.). **As geografias agrárias a partir da panamazônia**: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

MARTINS, R. M. **DOCUMENTO DE TREINAMENTO ANTI-ESQUERDA DO EXÉRCITO TEM MLT, PARTIDO DOS OPERÁRIOS E MÍDIA SAMURAI COMO INIMIGOS**. The Intercept. 2021. Disponível em: < https://www.intercept.com.br/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/>. Acesso em 20 fev. 2024.

MOTTA, C. **Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. Rede Brasil Atual.** 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis>. Acesso em 20 fev. 2024.

(O)ECO**. "Esse governo é de vocês", diz Bolsonaro a Ruralistas.** 04 jul. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/> Acesso em 03 fev. 2024.

RACISMO AMBIENTAL. **Agricultores vinham denunciando violência na região onde criança foi executada em Pernambuco.** 16 fev. 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/02/16/agricultores-vinham-denunciando-violencia-na-regiao-onde-crianca-foi-executada-em-pernambuco/>. Acesso em 23 fev. 2024.

REDE BRASIL ATUAL. **Desmonte do Incra por Bolsonaro ameaça segurança alimentar: 'Vai faltar comida'**. 02 mar. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/desmonte-do-incra-por-bolsonaro-ameaca-seguranca-alimentar-vai-faltar-comida/>. Acesso em 02 fev. 2024.

SANCHEZ, Hector A (coord.). **Lo urbano-rural**, ¿nuevas expresiones territoriales? Cuernavaca: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005.

SILVA, José G. **Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

SOBREIRO FILHO, José; COSTA, Bruna G. As batalhas das árvores: uma geografia para se pensar as lutas dos povos indígenas no Brasil. **Revista de Geografia**, 40(4 (Especial), p. 72–93, 2023.

SUL 21. **Mineração não parou no Estado nem mesmo em meio à pandemia, denunciam movimentos.** 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/03/mineracao-nao-parou-no-estado-nem-mesmo-em-meio-a-pandemia-denunciam-movimento>. Acesso em 05 fev.2024.

SODRÉ, R. B.; SILVA, J. J. B.; LEITE, A. Z.. A criminalização do MST no Governo Bolsonaro e as novas estratégias de luta. In: Cruz, S. H. R. da; Neto, A. O.; Filho, J. S.; Paula, C. Q. (Orgs.). **Territórios de esperança:** a conflitualidade como produtora do futuro. Belém: UFPA, 2021.

SZWAKO, José. **"Bolsonaro é produto e produtor de discurso que nega ditadura", afirma sociólogo**. 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20201013-bolsonaro-%C3%A9-produto-e-produtor-de-discurso-que-nega-ditadura-afirma-soci%C3%B3logo.> Acesso em 22 jan. 2024.

TRICONTINENTAL. **A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política**. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-50-brasil-forcas-armadas/>. Acesso em 20 fev. 2024.

TORRES, Fernanda. Movimientos sociales e institucionalización: la especificidad de los movimientos socioterritoriales. **Punto Sur**, Buenos Aires, n. 03, p. 109-130, 2020.

XAVIER, C. CNDH oficia governo sobre foto que legitima conflito armado no campo. **Vermelho**. 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/07/28/cndh-oficia-governo-sobre-foto-que-legitima-conflito-armado-no-campo/>. Acesso em 21 de feb. de 2024.

Submetido em: 01 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 26 de abril de 2024
Aprovado em: 03 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3388

COMO CITAR
MOURA, J. ALMEIDA, F. F. MARTINS, L. A. A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022). **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 604-638. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3388. Acesso em: dd/mm/aaaa.